

'Refis rural' ganha prazo e bancada quer derrubar vetos

Por Fábio Pupo e Cristiano Zaia
| De Brasília

Após pedido da bancada ruralista, o governo decidiu usar a Medida Provisória 803, que já tramita no Congresso, para prorrogar de 28 de fevereiro para 30 de abril o prazo final de adesão ao Refis, que permite renegociar dívidas bilionárias de produtores e empresas com o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural).

As negociações e a sinalização do Planalto para a prorrogação foram adiantadas ontem pelo Valor. A deputada Tereza Cristina (DEM-MS), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), e o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS), coordenador da FPA, confirmaram a decisão do governo,

É a quarta vez que o prazo é alterado para beneficiar o agronegócio. Mesmo assim, a bancada do setor já decidiu que vai se esforçar também para derrubar os seis vetos de Temer à lei. De acordo com a deputada, uma das

prioridades do setor é retomar os descontos de 100% para as multas e encargos sobre as dívidas do Funrural, trecho que constava do texto aprovado pelo Congresso, mas que foi vetado por Temer.

Os vetos às alterações feitas por parlamentares foram recomendados pelos ministérios da Fazenda e do Planejamento por causa do impacto fiscal e do "desrespeito" a quem paga as contas em dia. No ano passado, a Receita chegou a calcular em R\$ 15 bilhões a renúncia fiscal decorrente das alterações de parlamentares na MP sobre o tema - entre os itens considerados, estava o abatimento total de multa e juros.

O presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), senador Ivo Cassol (PP-RO), afirma que pretende derrubar todos os vetos do presidente no projeto, trazendo de volta o abatimento total de multas e juros. Segundo ele, o governo já lançou programas de Refis para bancos e instituições financeiras no passado, concedendo o mesmo tipo de benefício. (Colaboraram Marcelo Ribeiro e Raphael Di Cunto, de Brasília)

Arrecadação aumentou em ritmo maior que o PIB em 2017, calcula Planejamento

Por Fabio Graner | De Brasília

O impacto do crescimento econômico na arrecadação se intensificou ao longo do ano passado e levou a chamada elasticidade da receita em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) a encerrar 2017 em 1,46, segundo nota técnica elaborada pela Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos (Seplan) do Ministério do Planejamento e obtida pelo Valor.

Ou seja, para cada R\$ 1 de PIB, a receita do governo foi de R\$ 1,46. O número ficou abaixo de 1 na maior parte de 2016, mas terminou aquele ano em 1,07, crescendo ao longo de 2017 até atingir o pico de 1,46 no fim do ano. O dado considera uma média móvel de cinco anos e é o mais elevado desde o verificado em setembro de 2014, explica o secretário Marcos Ferrari, titular da Seplan.

Embora o número seja relativo ao ano já fechado, Ferrari avalia que é

mais um elemento apontando para um desempenho forte da receita neste ano. "A elasticidade é cíclica. Ela segue o comportamento da economia e a composição do crescimento econômico", disse o secretário, que destacou que em conversas com economistas do mercado financeiro encontrou cálculos semelhantes.

Ele explica que a retomada mais forte da indústria é determinante para que o desempenho da receita se acentue e tenha perspectivas bastante favoráveis. A nota técnica mostra que esse fenômeno está relacionado ao fato de o peso do setor manufatureiro na arrecadação tributária ser proporcionalmente maior do que outros setores.

Uma das tabelas do estudo mostra que, apesar de representar 12,2% do PIB, a indústria de transformação representa 27,9% da arrecadação de impostos. Considerando outras atividades (como extrativismo e construção civil), a indústria tem peso de 36,2% na arrecadação, contra 23,9% do

PIB. Dessa forma, a secretaria vê uma "forte correlação" entre o comportamento da indústria e o desempenho da receita líquida do governo federal.

"O maior peso relativo da indústria na arrecadação federal ocorre devido a diversos motivos. O primeiro é que a competência da tributação sobre bens é da federação, enquanto a cobrança de impostos sobre serviços e circulação cabe aos Estados e municípios. Outra característica peculiar à indústria é a maior formalização das empresas do setor", destaca a nota.

O trabalho ressalta que a indústria tem um elevado componente cíclico, ou seja, reage muito fortemente às oscilações da economia, e que isso se espelha também na arrecadação. Numa série iniciada em 2010, a Seplan considera que as receitas sobem mais que o PIB quando a indústria vai na frente do crescimento.

A base de comparação utilizada na nota é a Produção Industrial Mensal (PIM), que mostra um





desempenho do setor melhor do que o dado da indústria no PIB. Dessa forma, no ano passado a PIM mostrou uma expansão de 2,5% da indústria e o PIB total cresceu 1%. Enquanto isso, a receita, retirando-se a arrecadação extraordinária, cresceu 3%.

Para 2018, a Seplan usa os dados da pesquisa Focus, mostrando que a indústria deve crescer em torno de 3,5%, enquanto o PIB, 2,7%. Isso reforçaria o sinal positivo da arrecadação. Em janeiro, os números preliminares mostram um desempenho muito forte da Receita.

"Confirmado o crescimento mais forte do PIB, a maior elasticidade da arrecadação fará com que o acréscimo ao valor arrecadado com impostos seja robusto e que as expectativas do mercado continuem

a ser superadas pelo resultado final divulgado", diz a nota técnica.

A secretaria calculou ainda a "elasticidade implícita" das projeções de mercado para a receita em 2018 e concluiu que ela está abaixo de 1, ou seja, apontando crescimento da arrecadação abaixo do PIB. Como aposta que a atividade econômica se manterá em ritmo mais vigoroso e que a elasticidade seguirá acima de 1, a expectativa de Ferrari e sua equipe é que haja ao longo do ano um ajuste positivo das projeções de mercado para a arrecadação e o resultado fiscal.

"É provável que as projeções de mercado para o valor total coletado de impostos se elevem, confirmando a melhora arrecadatória observada no passado", salienta a nota.

Briga política ameaça agenda econômica

Proposta do governo Temer de agilizar a votação de 15 projetos no Congresso não é bem recebida no Legislativo

Presidentes da Câmara e do Senado avisam que eles definem as pautas das Casas e não vão priorizar as sugestões

ANGELABOLDRINI, TALITA FERNANDES e MARIANA CARNEIRO - DE BRASÍLIA

Em mais uma disputa política entre o Palácio do Planalto e o Congresso, o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), criticou nesta terça-feira (20) o anúncio de 15 pautas prioritárias feito pelo governo do presidente Michel Temer na segunda (19). Irritado, Maia afirmou que não tratará de maneira prioritária os projetos citados.

"Essa não será a pauta da Câmara. A pauta da Câmara será a que nós junto com os líderes entendermos que é relevante", disse Maia.

Dos projetos apresentados, 11 já estão em tramitação no Congresso. "É meio sem sentido, os projetos já estão na Câmara. Se o governo quer

uma pauta econômica a mais, apresente uma", afirmou. "A pauta do Congresso quem faz somos nós, não é o governo que faz pauta aqui. Ele pode encaminhar projetos e aí eu pautarei ou não. Não é o governo que pauta aqui não", afirmou o presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE).

A pauta com medidas já em discussão foi apresentada após o governo desistir de votar a reforma da Previdência. Com a intervenção federal na segurança do Rio, a Constituição não pode ser emendada, o que inviabilizou a reforma.

Estão na lista de projetos, por exemplo, a autonomia do Banco Central, a reforma do PIS/Cofins, a reoneração da folha de pagamento e a privatização da Eletrobras. Líder do governo no Senado, o senador Romero Jucá (MDB-RR) disse que seis propostas já passaram pelo Senado e dependem da Câmara para ir à sanção.

Há três projeto já votados pelos deputados, mas que ainda precisam de aval dos senadores. Um deles, a mudança na Lei Geral de Telecomunicações, sofre resistência do presidente do Senado. Sobre a

autonomia do BC, Jucá afirmou que irá elaborar um projeto em cima de propostas que já existem sobre o assunto. Uma delas, do próprio senador, é uma PEC e, por alterar a Constituição, terá de ser adaptada para tramitar como projeto de lei.

Ele disse que a proposta de sua autoria prevê mandato duplo para o BC, tanto controle da inflação quanto cuidar do nível de crescimento e de geração de emprego. "O banco central americano já tem esse duplo mandato."

Sobre a anúncio das medidas, disse que a pauta foi bem recebida pelo mercado, citando o comportamento da Bolsa. Relatórios divulgados por instituições financeiras e agências de risco, no entanto, foram críticos às medidas.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, disse que o pacote não tem novidades, mas é viável.

"A ideia não é lançar grandes novidades, até porque o tempo não permite. São pautas conhecidas, mas são importantes e têm viabilidade de aprovação. Isso é o que importa", disse.

Bolsa de São Paulo bate recorde apesar de adiamento da reforma

Fracasso da nova Previdência já estava no preço, dizem analistas

DE SÃO PAULO- O fim da novela da votação da reforma da Previdência e os alertas de rebaixamento das agências de classificação de risco não foram suficientes para preocupar os investidores nesta terça-feira (20). A Bolsa brasileira desconsiderou as notícias ruins e bateu novo recorde nominal nesta sessão.

O Ibovespa, índice que reúne as ações mais negociadas, subiu 1,2%, para 85.803 pontos. O dólar avançou 0,61%, para R\$ 3,256, em linha com a valorização da moeda americana no exterior.

O fracasso da reforma já estava no preço dos ativos, afirma Ignacio Crespo, economista da Guide Investimentos. "Ninguém acreditava na aprovação. A reação positiva da Bolsa em meio a esse cenário desfavorável corrobora a percepção de que ninguém esperava isso", diz.

O plano B anunciado pela equipe econômica tampouco teve influência

sobre a alta desta sessão, complementa. "Acho difícil que essas medidas sejam levadas adiante. Foi feito um anúncio às pressas para substituir a expectativa que se tinha com relação à Previdência, mas muitas medidas não são nem novidade, já estavam na pauta."

Aldo Moniz, analista da Um Investimentos, vê espaço para realizações de lucros (embolsar ganhos) na Bolsa nos próximos pregões, principalmente após as agências de classificação de risco Moody's e Fitch alertarem para o impacto negativo do anúncio.

"Vai ser um gatilho para termos uma realização. Os 85 mil pontos são uma resistência do mercado", diz.

Os papéis da Eletrobras foram o destaque da sessão. As ações preferenciais dispararam 8,65%, e as ordinárias subiram 6,81%, impulsionadas pela notícia de que o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), vai criar comissão para debater o projeto de privatizar a estatal, (Danielle Brant)

Desistência afeta nota brasileira, dizem agências

DA REUTERS

A desistência do governo em aprovar a reforma da Previdência neste ano tem impacto negativo sobre a nota de crédito do Brasil, afirmaram as agências de classificação de risco Moody's e a Fitch nesta terça-feira (20).

O Brasil é considerado grau especulativo pelas duas agências, o que significa que há incerteza sobre a capacidade de o país honrar suas dívidas.

Analistas esperam que Moody's e Fitch rebaixem novamente o Brasil em breve, acompanhando decisão tomada pela agência S&P em janeiro deste ano.

Governo descarta reforma via projeto de lei

Ministro do Planejamento diz que mudanças na Previdência sem PEC aumentariam desigualdades do sistema

Uma das alternativas é rever a fórmula 85/95; relator da proposta adiada não vê espaço para manobras

DE BRASÍLIA- O governo Michel Temer avalia que, neste momento, não vale a pena propor medidas alternativas para reduzir os gastos com a Previdência Social. A saída é ventilada por alguns aliados do presidente e tem por objetivo lançar mão de projetos de lei que alterem normas sem a necessidade de emenda à Constituição, vedada com a intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio.

O ministro do Planejamento, Dyogo Oliveira, afastou a hipótese nesta terça-feira (20), por considerar que alterações infraconstitucionais aumentariam a desigualdade entre funcionários do setor privado e servidores públicos, um dos principais problemas que a reforma

buscava alcançar. "Não vale a pena. Uma medida infraconstitucional para a Previdência só afetaria a Previdência privada, o regime geral, o que pioraria as diferenças que já existem hoje", afirmou à Folha.

"A reforma tem de continuar. Quando acabar a intervenção ainda neste ano ou em 2019, o Brasil terá de discutir este assunto."

Uma das preocupações de economistas e analistas do mercado financeiro é a sobre-vida da regra do teto de gastos do governo sem a reforma da Previdência. O instrumento limita a expansão dos gastos públicos à inflação.

Há dúvidas sobre a capacidade em comprimir as demais despesas e compensar o aumento, bem acima da inflação, dos gastos com a Previdência já em 2019. Em 2020, o espaço de manobra é nulo.

Oliveira admitiu a dificuldade, mas negou que a regra do teto tenha ficado inviável. "Não subiu no

telhado. Para 2019 vai dar, com muito aperto, mas vai dar. Mais para frente já complica, então terá de enfrentar a questão da Previdência", disse.

"São coisas que temos repetido. O problema [do crescimento dos gastos com a Previdência] é tão grande e tão grave que não tem como adiar indefinidamente."

PROPOSTAS

Um grupo de deputados da base aliada apresentou ao presidente Temer na segunda-feira (19) proposta para resgatar alguns pontos da reforma da Previdência por meio de projetos que exigem menos votos para aprovação. Temer se comprometeu a conversar com os presidentes da Câmara e do Senado, após análise da Casa Civil e da equipe econômica sobre a viabilidade das medidas.

O texto preliminar foi levado pelos deputados Darcísio Perondi (MDB-RS), Pauderney Avelino





(DEM-AM) e Beto Mansur (PRB-SP), que sempre estiveram na linha de frente do debate a favor das mudanças previdenciárias.

Segundo a Folha apurou, uma das alterações sugeridas é aumentar a fórmula 85/95, que representa a soma do tempo de contribuição e idade de mulheres e homens, respectivamente, para receber a aposentadoria integral.

SEM ESPAÇO

Relator da reforma da Previdência, o deputado Arthur Maia (PPS-BA) não vê espaço para mudar as aposentadorias sem alterar a Constituição.

"Eu não vejo essa possibilidade, porque veja só, o que havia de possibilidade infraconstitucional pelo governo federal foi feito pela presidente Dilma Rousseff", afirmou Arthur Maia.

Segundo ele, os principais pontos da reforma, a modificação na idade mínima e o teto para servidores estaduais e municipais, não podem ser colocados em projetos de lei. Maia disse ainda que a aprovação da reforma em novembro vai depender do presidente eleito. (MARIANA CARNEIRO, MAELI PRADO, ÂNGELA BOLDRINI, MARINA DIAS E DANIEL CARVALHO)

Não há mais tempo para aprovar plano B, dizem economistas

Faltam menos de cinco meses para os parlamentares entrarem em recesso e eleição será prioridade na volta

Analistas consideram viáveis medidas mais simples, como a do cadastro positivo, que já passou no Senado

DANIELLE BRANT e FLAVIA LIMA - DE SÃO PAULO

O governo tem um prazo bem estreito, inferior a cinco meses, se quiser aprovar no Congresso a maioria das medidas que compõe a nova agenda econômica anunciada como estratégia para minimizar o fracasso da votação da reforma da Previdência, avaliam economistas ouvidos pela Folha.

As projeções consideram o recesso no Congresso, que começa em meados de julho, e incluem a avaliação de que, quando os parlamentares retomarem os trabalhos, o foco estará na corrida eleitoral.

"Tem um curtíssimo espaço de tempo para aprovar um grande número de medidas. Há probabilidade bem baixa de conseguir votar boa parte delas", diz Lucas Vilela, economista do Credit Suisse.

Para ele, apesar do pouco tempo hábil para implementar o Plano B, faz sentido o governo manter a agenda pró-reforma. "O governo não tem a pretensão de aprovar todas as medidas", avalia.

Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos, tem leitura parecida. "É difícil conseguir votar as medidas. É provável que se tenha meses de indefinição sobre quem será candidato às eleições, e a classe política vai ficar muito envolvida nisso. O governo vai ter que priorizar, senão fica complicado".

Mas não é só a questão do prazo estreito que pesa contra o governo, mas a oposição que agora é feita por antigos aliados dentro do Congresso, onde as medidas

precisam ser apreciadas. Um dia após o anúncio, o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e o do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CEO), reagiram ao pacote com discursos similares: o de que o governo não jiauta o Congresso.

"E preciso ter cuidado com declarações feitas no calor do momento", diz Flávio Serrano, do Banco Haitong. Ele vê mais facilidade na votação de parte das medidas, já que, para isso, o governo precisaria de maioria simples.

IMPROVÁVEL

Entre as 15 propostas, algumas são consideradas improváveis de serem votadas pelo Congresso. A privatização da Eletrobras é uma delas, por ser tema delicado que exige intensa negociação, diz Vilela, do Credit Suisse.

"Tenderia a levar mais tempo do que a janela de três ou quatro meses que o governo teria para aprovar a medida".





Por exigirem discussões, a reforma do PIS/Cofins e a proposta de autonomia do Banco Central também são vistas com descrença.

São consideradas viáveis medidas regulatórias mais simples, como o cadastro positivo, o banco de dados com histórico de pagamento dos consumidores. O texto já foi

aprovado no Senado, e deve passar pela Câmara nas próximas semanas.

Mesmo se fossem aprovadas, as medidas teriam impacto fiscal bem inferior ao estimado com a aprovação da reforma, diz Vilela. "Algumas têm impacto pequeno em termos fiscais. São reformas pontuais, que atacam pontos

específicos e que não resolvem o déficit da Previdência do país, que tem proporções muito grandes", diz Vilela.

Para outra fonte, a percepção geral é que não deve acontecer mais grande coisa na agenda doméstica e quem dita as regras no mercado neste momento é o exterior.

EM QUE PÉ ESTÃO AS PAUTAS PRIORITÁRIAS APRESENTADAS PELO GOVERNO

	 O que é	 Quando foi apresentado	 Em que ponto está
REFORMA DO PIS/COFINS E SIMPLIFICAÇÃO TRIBUTÁRIA	O objetivo do governo é simplificar as regras dos dois tributos, mas sem alterar a carga tributária , para preservar ao máximo a arrecadação. Discute-se ainda a unificação em blocos de impostos de empresas sobre a renda (IRPJ e CSLL) e sobre consumo ou folha de pagamentos (ICMS, IPI, ISS, Cofins, PIS/Pasep e Salário-Educação)	Há mais de um projeto em tramitação, em diferentes estágios	A Casa Civil está avaliando como as mudanças serão apresentadas ao Congresso. Uma possibilidade é anexar as mudanças a algum outro projeto
AUTONOMIA DO BC	Há um acordo verbal de que os diretores e o presidente do Banco Central têm autonomia para tomar decisões de política monetária. O governo assume o compromisso público de não interferir nas decisões, mas isso não é oficializado. A proposta é transformar esse compromisso em lei , o que dá maior poder de decisão à diretoria	Há mais de um projeto em tramitação, em diferentes estágios	Líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR) prepara um projeto em cima de propostas que já existem sobre o assunto, uma delas de sua autoria, com mandato duplo para o BC: controle da inflação e nível de crescimento e geração de emprego





MARCO LEGAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS (PL 6.814)	Cria uma norma geral para regular licitações e contratos públicos, revogando a atual Lei de Licitações e Contratos, a Lei do Pregão e o Regime Diferenciado de Contratações	fev.2017	O projeto de lei aguarda a criação de uma comissão
NOVA LEI DE FINANÇAS PÚBLICAS (PL 295)	Propõe mudanças no processo orçamentário brasileiro, incluindo alterações nas Leis de Responsabilidade Fiscal. Prevê unificar entendimentos dispersos hoje em diversos documentos	jun.2016	O projeto de lei complementar aguarda criação de uma comissão
REGULAMENTAÇÃO DO TETO REMUNERATÓRIO EFETIVO (PL 6.726)	Hoje os chamados “penduricalhos”, como auxílio-moradia, não entram na conta do teto constitucional, de R\$ 33,7 mil. O projeto de lei regulamenta os benefícios que devem passar a ser incluídos no cálculo do teto	dez.2016	O relator, deputado Rubens Bueno (PPS-PR), afirmou que vai colocar o projeto em votação em comissão especial em março
REFORÇO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS (PL 6.621)	Propõe a unificação das regras sobre gestão das agências reguladoras, com o objetivo de dar mais transparência às atividades e evitar interferência do setor privado	dez.2016	O projeto de lei aguarda a criação de uma comissão especial
REONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO (PL 8.456)	Propõe a reversão da desoneração da folha de pagamento, medida do governo Dilma Rousseff, para cerca de 50 setores. Mais de 10 podem ser poupados	set.2017	O relator do projeto, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), prepara o relatório, que será apresentado em comissão dentro de duas semanas
PROGRAMA DE RECUPERAÇÃO E MELHORIA DAS ESTATAIS (PL 9.215)	O projeto cria a figura do plano de recuperação para estatais. Se estiverem em dificuldades financeiras, empresas públicas poderão apresentar ao governo um plano para reequilibrar contas, com prazo de duração	nov.2017	Aguardando designação de relator





ATUALIZAÇÃO DA LEI GERAL DE TELECOMUNICAÇÕES (PLC 79)

O projeto atualiza o modelo de concessões idealizado nos anos 1990 e aumenta a segurança jurídica dos prestadores de serviços de telecomunicações. **Dispensa as teles de devolver parte do patrimônio físico** que vêm usando desde a privatização em troca de mais investimentos

nov.2016

Em dezembro de 2016, o projeto foi aprovado em comissão especial e enviado para sanção do presidente Michel Temer. O STF (Supremo Tribunal Federal) atendeu a um recurso e o texto foi devolvido ao Senado

EXTINÇÃO DO FUNDO SOBERANO

Propõe o fim do Fundo Soberano, criado para receber recursos da exploração do pré-sal. Com a crise no setor de petróleo, a previsão não se concretizou. **O fundo tem R\$ 26 bilhões**

Ainda será enviado

O Executivo vai mandar um projeto para a Câmara

DUPLICATA ELETRÔNICA (PL 9.327)

Cria um sistema em que duplicatas (uma espécie de título de dívida muito usado por pequenos lojistas e industriais) sejam **registradas de maneira transparente e mais barata**

dez.2017

Duas comissões na Câmara dos Deputados vão votar, de maneira terminativa, a proposta, que depois segue para o Senado

DEPÓSITOS VOLUNTÁRIOS DO BC (PL 9.248)

Visa a aperfeiçoar os instrumentos de gestão da política monetária, pelo BC, dando **mais efetividade às altas e baixas da taxa básica de juros (Selic)**

nov.2017

O projeto de lei aguarda a criação de uma comissão especial

CADASTRO POSITIVO

Torna obrigatória e automática a adesão para todos os consumidores ao cadastro positivo. A expectativa é que bancos e fintechs tenham mais informações de clientes, oferecendo crédito mais barato

jun.2017

Aprovada tramitação em regime de urgência na Câmara, com isso deverá ser levado à votação em plenário. Já foi aprovado pelo Senado





DISTRATO

Cria regras para a desistência na compra e venda de imóveis, com condições para o ressarcimento de construtoras e de mutuários que já fizeram pagamentos e pretendem recuperar parte do valor devido

dez.2015

Após meses de negociação, o governo decidiu tratar o tema por meio de projeto de lei já em análise no Congresso. Uma proposta tramita no Senado deste 2015 e hoje aguarda análise

DESESTATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Permite a venda de parte de ações da Eletrobras

jan.2018

Aguarda instalação de comissão especial na Câmara dos Deputados

Maia e Eunício reagem à imposição de 'plano B' de Temer ao Congresso

Embate público. Presidentes da Câmara e do Senado criticaram lista de 15 propostas anunciadas para tentar compensar a suspensão da reforma da Previdência e sinalizaram que o governo terá dificuldades de levar os projetos à votação nas duas Casas

BRASÍLIA

Responsáveis por pautar a votação das medidas econômicas anunciadas pelo governo na segunda-feira, os presidentes da Câmara e do Senado criticaram o pacote e disseram que não darão prioridade a projetos que já estão tramitando nas duas Casas. "Que pauta prioritária é essa que eu não sei?", disse Eunício Oliveira (MDB-CE), presidente do Senado. Rodrigo Maia (DEM-RJ) seguiu a mesma linha e chamou o "plano B" à Previdência de "café velho e frio, que não atende a sociedade", em referência ao fato de que boa parte das medidas anunciadas é antiga.

Pré-candidato ao Palácio do Planalto e em busca de um protagonismo econômico neste ano eleitoral, Maia disse desconhecer a lista elaborada pela equipe do presidente Michel Temer. "Não conheço os 15 projetos, nem li, nem vou ler." O presidente da Câmara afirmou que a pauta

econômica, chamada de prioritária pelo governo, é um "equivoco".

As declarações dos dois parlamentares foram recebidas com surpresa pelo governo. Integrantes da equipe de Temer insistem que Maia e Eunício participaram da definição da agenda prioritária. A avaliação é de que o presidente da Câmara ficou "melindrado" porque o anúncio foi feito no Planalto e não no Congresso.

Na segunda-feira, pouco tempo antes do anúncio oficial das propostas pelo governo, o próprio Maia tinha apresentado uma agenda de até 16 projetos na área econômica que deveriam ser votados no Legislativo ainda este ano para compensar a não votação da reforma. As propostas eram semelhantes às que foram apresentadas depois pelo governo. O presidente da Câmara afirmou que a pauta tinha sido acertada entre ele, integrantes da equipe econômica, o ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha (MDB), e o presidente do Senado. "Discuti os projetos que estavam na pauta da Câmara, aí aparece como a pauta do governo? Esses temas já estão na pauta aqui há muito tempo", disse. Para Maia, o Planalto desrespeitou o Legislativo ao querer assumir o

protagonismo das propostas, sem lembrar que a pauta já tramita no Congresso. "A pauta da Câmara quem faz é a presidência da Câmara, não é o presidente da República."

O líder do governo no Senado, Romero Jucá (MDB-RR), disse que as medidas foram discutidas com Maia e Eunício e que serão aprovadas. "Não há nada que seja um cavalo de batalha", disse. Segundo ele, projetos na área de segurança e saúde tramitarão ao mesmo tempo que a pauta econômica. Jucá admitiu, no entanto, que o tempo útil é curto, por causa da série de eventos que podem influenciar o trabalho do Parlamento, como feriados, janelas para troca de partido, reforma ministerial, Copa do Mundo, convenções partidárias e o início da campanha eleitoral.

No fim da noite, o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, tentou jogar panos quentes dizendo que o governo reconhece que a pauta cabe aos presidentes da Câmara e do Senado. "O governo apresentou sugestões de priorização em relação a temas econômicos", disse em um evento. "Nunca pretendemos apresentar novidades no momento em que nos aproximamos do fim desta legislatura."





Boa parte dos itens da lista divulgada na segunda-feira já tramita no Congresso. Dos 15 projetos, apenas 2 ainda não foram enviados ao Legislativo: a proposta de simplificação do PIS/Cofins e a extinção do fundo soberano, criado em 2008 com a sobra do superávit primário, que existia naquele momento, e com royalties do petróleo. Essa medida, no entanto, tinha sido anunciada pelo presidente em 2016.

Dos 13 projetos restantes, 11 estão na Câmara e 2 no Senado. Ao menos dois têm impacto nas contas públicas: com a privatização da Eletrobrás, o governo espera arrecadar R\$ 12 bilhões. O outro trata da desoneração da folha de pagamento que pode render cerca de R\$ 2 bilhões.

Agenda não resolve crise fiscal, dizem analistas

Maior parte das propostas estava tramitando há muito tempo no Congresso Nacional

Além de serem consideradas por analistas insuficientes para resolver a crise fiscal e compensar a suspensão da reforma da Previdência, a maior parte das medidas apresentadas pelo governo tramita há tempos no Congresso. "À exceção da privatização da Eletrobras, são todas medidas que estavam dormindo. E o que dorme não é tão relevante, senão já teria sido pautado", disse o especialista em contas públicas Raul Velloso.

Em tramitação desde 2013 e parado há mais de um ano, o projeto da nova lei de licitações, agora tornado prioridade, tem o objetivo de reduzir gargalos e burocracias para empresas públicas e privadas.

O projeto foi aprovado no Senado em 2016 e enviado à Câmara, onde não avançou. Os projetos do novo cadastro positivo e da emissão da duplicata eletrônica estão parados desde o ano passado. O cadastro positivo – que prevê a formação de um banco de dados de bons pagadores e, em tese, dar a eles acesso a

taxas de juros mais baixas – é uma das principais bandeiras do Banco Central.

A intenção em retomar as discussões para a criação de regras para os cancelamentos de compra e venda de imóveis na planta – os distratos – pegou de surpresa as principais associações empresariais do ramo.

A equipe econômica corre o risco de frustração de receitas mesmo com medidas que têm capacidade para beneficiar a área fiscal. Na avaliação da pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), Vilma Pinto algumas iniciativas podem criar uma expectativa que não se concretizará.

"Pode ter um erro de projeção muito alto. Veja o exemplo da repatriação em 2017: o governo esperava um valor elevado e conseguiu só R\$ 1,6 bilhão."

A dificuldade do governo daqui para frente também será definir uma estratégia de votação no Congresso diante da reação negativa dos presidentes da Câmara e do Senado. Além disso,

as medidas encontram-se em estágios diferentes. "Gostaria de ver o governo e as lideranças afunilarem estas 15 prioridades para votação", afirma o economista-chefe do Itaú Unibanco, Mario Mesquita.

A economista-chefe da XP Investimentos, Zeina Latif, classifica a lista do governo como incompleta e sem prioridades. Avalia que, diante do pouco tempo que resta ao governo, o pacote deveria conter medidas factíveis com visão fiscal. "Não está claro que há (no pacote) uma estratégia de governo."

O governo terá ainda de enfrentar uma dificuldade adicional: não poderá contar com "ressalvas" na elaboração do Orçamento de 2019 para garantir o cumprimento da chamada "regra de ouro", que impede a emissão de títulos da dívida para bancar despesas correntes, como salários. Esse é o entendimento de consultores da Câmara e do Senado. A restrição pode colocar a equipe econômica numa encruzilhada, devido ao impedimento de mudar a Constituição para flexibilizar a regra enquanto vigorar a intervenção no Rio.





JÁ EM TRAMITAÇÃO

No Executivo

● **Simplificar PIS/Cofins**
Próximo passo: Envio para análise do Congresso Nacional

● **Extinção do Fundo Soberano**
Próximo passo: Envio para análise do Congresso Nacional

Na Câmara dos Deputados

● **Nova lei de finanças públicas: muda processo orçamentário**
Situação: Aguarda criação de comissão especial
Próximo passo: requer maioria simples no plenário; já aprovado no Senado

● **Marco legal de licitações e contratos: cria norma geral para licitações**
Situação: Aguarda criação de comissão especial
Próximo passo: Requer maioria simples no plenário; já aprovado pelo Senado

● **Regulamentação do teto salarial do funcionalismo**
Situação: Aguarda parecer do relator na comissão especial
Próximo passo: Requer maioria simples no plenário; já aprovado pelo Senado

● **Privatização da Eletrobrás**
Situação: Aguarda criação de comissão especial para analisar o projeto
Próximo passo: Requer maioria simples no plenário; ainda passa pelo Senado

● **Reforma de agências reguladoras buscando autonomia e transparência**
Situação: Aguarda criação de comissão especial



Próximo passo: Requer maioria simples no plenário; projeto já aprovado pelo Senado

● **Autoriza o BC a receber depósitos voluntários de instituições financeiras**
Situação: Aguarda criação de comissão especial
Próximo passo: Requer maioria simples no plenário; ainda passa pelo Senado

● **Reoneração da folha de pagamento das empresas**
Situação: Aguarda votação de requerimento de urgência
Próximo passo: Requer maioria simples no plenário; ainda passa pelo Senado

● **Programa de recuperação das estatais**
Situação: Aguarda indicação de relator em uma das comissões permanentes da Câmara
Próximo passo: Precisa ser analisado por três comissões da Câmara; passa pelo plenário e depois segue para Senado

● **Cadastro positivo**
Situação: Aguarda criação de comissão especial
Próximo passo: requer maioria simples no plenário; projeto já aprovado pelo Senado

● **Duplicata eletrônica -**

emissão da duplicata sob forma escritural

Situação: aguarda indicação de relator em uma das comissões
Próximo passo: ainda precisa passar por comissões. Depois, segue direto para o Senado

No Senado Federal

● **Autonomia do Banco Central**
Situação: existem oito propostas no Congresso sobre o assunto, mas o senador Romero Jucá (MDB-RR) fará um novo projeto
Próximo passo: precisa ser aprovado em comissões, além dos plenários do Senado e da Câmara

● **Regulamentação dos distratos (desistência da compra de imóveis na planta)**
Situação atual: senador Romero Jucá (MDB-RR) diz que apresentará um novo texto reunindo as propostas existentes no Congresso sobre o tema.
Próximo passo: precisa ser aprovado no Senado e na Câmara

● **Atualização da Lei Geral de Telecomunicações**
Situação: aguarda despacho do presidente do Senado às comissões competentes
Próximo passo: comissões técnicas do Senado; projeto já aprovado pela Câmara

Sem Previdência, teto de gastos preocupa agências

Para Moody's, postergação reduz capacidade de se cumprir teto; economistas dizem que limite de gastos será rompido em 2019

A decisão do governo de abandonar a reforma da Previdência neste momento acendeu o alerta nas agências classificadoras de risco. Moody's e Fitch emitiram comunicados expressando preocupação, sobretudo com a possibilidade de o teto de gastos ser violado. Segundo economistas ouvidos pelo "Estado", o teto deve estourar já em 2019.

"(O adiamento da reforma) é negativo para o perfil de crédito do país", comentou Samar Maziad, vice-presidente da Moody's. Em nota a jornalistas, ela destacou que a postergação "restringirá bastante a capacidade das autoridades de cumprir o teto de gastos nos próximos anos". Segundo Maziad, a reforma da Previdência "é fundamental para as perspectivas de crédito da nação".

Para a Fitch, o fracasso em votar a reforma reflete os desafios da implementação de políticas corretivas em um ambiente político complicado e no contexto de um ciclo eleitoral iminente. "A pressão para baixo sobre a classificação soberana do Brasil

continua refletindo grandes déficits fiscais, um alto e crescente peso da dívida e a falta de aprovação da reforma da seguridade social que poderia ter contribuído para reduzir as pressões estruturais sobre os gastos", apontou Shelly Shetty, diretora de rating soberano para a América Latina da Fitch.

No Brasil, a postergação da reforma também preocupou economistas. De acordo com dados de Paulo Tafner, pesquisador da Fipe/USP, o governo vai deixar de economizar entre R\$ 12 bilhões e R\$ 15 bilhões no ano que vem em decorrência do adiamento da reforma. "Com isso, vamos ultrapassar o teto já no ano que vem", frisou. Para Fabio Klein, da Tendências Consultoria, a aprovação da reforma em fevereiro teria um impacto já no curto prazo que ajudaria o governo a manter os gastos em patamar inferior ao teto. "Mesmo desidratada, ela tinha ganhos, dado o tamanho do déficit que a previdência produz."

O economista Leonardo Rolim, consultor de orçamentos da Câmara, afirma ainda que, diante da situação, o próximo presidente terá de fazer uma reforma com uma regra de transição bastante dura ou acabar com a regra de outro

(dispositivo da Constituição que impede a emissão de dívida pelo governo para o pagamento de despesas correntes, como salários). "O governo já está fazendo mágica neste ano, pegando o dinheiro do BNDES, para não ultrapassar o teto. Ano que vem, não vai ter essa mágica", diz.

Cálculos do Itaú Unibanco indicam que a demora em aprovar a reforma representará uma perda no resultado primário de 0,2% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2025. A aprovação do texto no fim do ano passado teria impacto no resultado primário de 1,2% do PIB em 2025. Se essa mesma proposta passar em 2019, o impacto cai para 1%. "É uma oportunidade perdida, é uma derrota para o ajuste fiscal e a vitória para algumas categorias que se beneficiam", disse o economista-chefe do banco, Mario Mesquita.

O Itaú estima que a relação entre a dívida bruta e o PIB deve ficar estável até 2019, na casa dos 74%. Mas a continuidade dessa estabilidade dependerá do avanço das reformas, especialmente a da Previdência, de acordo com Mesquita. / LUCIANA DYNIEWICZ, ALTAMIRO SILVA JUNIOR e RICARDO LEOPOLDO